O METALÚRGICO

Órgão oficial do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá
Sede Santo André: Rua Gertrudes de Lima, 202 **Fone:** 4993-8999
Sede Mauá: Av. Capitão João, 360 **Fone:** 4555-5500

Metalurgicos.SA.MA
www.metalurgicosantoandre.org.br

Edição 905 | 21 de junho de 2016

Mobilização dos trabalhadores garante antecipação maior de PLR na Paranapanema

Página 3

Após a rejeição da proposta inicial da PLR-2016 pelos trabalhadores, a direção da Paranapanema voltou a negociar com o Sindicato e a comissão; a antecipação passou a ser de R$ 3.000,00. Página 3

Editorial

Dialogar para superar crise sem prejuízo aos trabalhadores

Página 2

Os 55 projetos que ameaçam nossos direitos

Página 4

Sindicato convoca sócios para assembleia de Prestação de Contas

Página 3

Editorial

Dialogar para superar crise sem prejuízo aos trabalhadores

O governo interino de Michel Temer adota a tática de "morde e assopra". A "maldade" fica por conta do ministro Eliseu Padilha, da Casa Civil, que não esconde de ninguém que o governo tem pressa em aprovar no Congresso Nacional a terceirização generalizada de mão de obra e a reforma da Previdência. O presidente em exercício, por sua vez, tem se reunido com lideranças sindicais prometendo diálogo permanente.

Mas vamos aos fatos que reforçam as ameaças aos direitos trabalhistas, exigindo que fiquemos alertas.

No dia 15 de junho, o ministro Padilha foi ovacionado por empresários ao defender que "temos de caminhar no rumo das terceirizações". No dia seguinte, o senador Renan Calheiros, presidente do Senado, ameaçou retomar a tal da Agenda Brasil, com destaque para terceirização, reforma previdenciária e mudanças no SUS (Sistema Único de Saúde).

As centrais sindicais (Força Sindical, CTB, CSB, Nova Central e UGT) reagiram com uma nota conjunta: "Em todas as crises, os oportunistas de plantão levantam a bandeira da reforma trabalhista, apontando como solução para os problemas da economia e do mundo do trabalho. Não vamos permitir qualquer mudança na legislação trabalhista que retire direitos dos trabalhadores. E qualquer ação de alteração, neste momento, sofrerá uma forte reação do movimento sindical".

E prossegue a nota das centrais sindicais: "As prioridades do movimento sindical concentram-se na defesa de uma pauta trabalhista baseada na imediata redução da taxa de juros e na implementação de políticas que priorizem a retomada do investimento, do crescimento da economia, a geração de empregos, a redução da desigualdade social, o combate à pobreza e a distribuição de renda".

Em vez de medidas que promovam a justiça social, a corda vai romper para o lado mais fraco se a sociedade como um todo não reagir às ameaças.

Ampliar a terceirização, como prevê o projeto que agora tramita no Senado, significa o quê? Significa estender a precarização da relação trabalhista para todos os trabalhadores assalariados, com salários mais baixos, maior jornada de trabalho, mais riscos de acidentes de trabalho, menos benefícios. E o pior: sem poder de reação porque a terceirização generalizada vai acabar com a organização dos trabalhadores.

A reforma previdenciária é outra medida que só vai prejudicar os trabalhadores. O ponto central da reforma é a equiparação de idade da aposentadoria para homens e mulheres. Fala-se em adotar a idade mínima de 65 anos para aposentadoria, sem levar em consideração que nas famílias de baixa renda os jovens saem para trabalhar aos 15, 16 anos.

Ou seja, para a população pobre, até atingir os 65 anos de idade são 50 anos de trabalho. No caso das mulheres, a situação é mais grave, pois elas cumprem outras jornadas, além do trabalho. E, comparando com o que é hoje, são cerca de 20 anos a mais de contribuição.

Enquanto isso, as aposentadorias especiais de militares, servidores públicos e de ex-parlamentares consomem bilhões de reais a cada ano. O Instituto de Previdência dos Congressistas foi extinto em 1999, mas, ainda hoje, a União banca cerca de 2.200 beneficiários, entre ex-deputados, ex-senadores e pensionistas.

No dia 10 de junho, o deputado Paulinho da Força (SD-SP), presidente da Força Sindical, entregou ao presidente em exercício Michel Temer proposta para contrapor à reforma previdenciária: revisão das isenções de entidades filantrópicas, revisão da contribuição do agronegócio, cobrança da dívida ativa (aproximadamente R$ 340 bilhões) e venda de imóveis inativos da Previdência Social, entre outros.

Essas propostas mostram que há alternativas à reforma previdenciária pretendida pelo governo. Não aceitamos que a cada crise o prejuízo recaia somente sobre os trabalhadores. O movimento sindical está aberto às negociações com o governo, com o Congresso Nacional e com quem mais for preciso para superar a atual fase difícil, mas reagirá à altura se o diálogo não passar de uma encenação.

Cícero Martinha
Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá

O que rola nas fábricas

Refrigeração Real

Diretores Tarzan e Dudu com os trabalhadores da Refrigeração Real

PLR é atrelada a metas de produção

Os trabalhadores da Refrigeração Real aprovaram a proposta da PLR-2016, cujo valor, de R$ 1.500,00, é atrelado a metas de produção. A primeira parcela, de R$ 1.000,00, será paga no dia 30 de julho e a segunda, no fim de fevereiro de 2017, informam os diretores Tarzan e Dudu. Os companheiros conquistaram ainda um reajuste de 10% no valor do vale-alimentação.

| Sindicalize-se |

A equipe de sindicalização estará nas seguintes empresas nos próximos dias:

Dia 22/6 Scórpios
Dia 23/6 Triunion
Dia 24/6 Usintek
Dia 27/6 Decanini
Dia 28/6 Reiforma
Dia 29/6 Manutronik
Dia 30/6 Retífica Andreense
Dia 1/7 Metalúrgica Guaporé

Não fique só. Fique sócio.

| Paranapanema |

Mobilização dos trabalhadores garante antecipação maior da PLR

Após as difíceis negociações entre o Sindicato, a comissão e a direção da Paranapanema, chegou-se a uma proposta da PLR-2016, com a primeira parcela no valor de R$ 2.000,00, a título de antecipação. Em assembleia realizada nesta segunda-feira, dia 20, os trabalhadores rejeitaram essa proposta e aprovaram a deflagração da greve a partir da entrada do primeiro turno nesta terça.

Com isso, a empresa voltou a negociar com o Sindicato e a comissão, e foi construída uma proposta que aumentou em 50% a antecipação, passando de R$ 2.000,00 para R$ 3.000,00, e foi aceita pelos trabalhadores. O pagamento será nesta quinta, dia 23.

A PLR-2016 será de R$ 6.300,00 se for atingida a escala mínima da proposta. Com 100% das metas, o valor será de R$ 6.800,00, informa o diretor Adilson Torres, o Sapão.

| Tupy |

Sindicato cobra transparência sobre seguro de vida

O seguro de vida imposta pela Tupy aos trabalhadores é um mistério a ser desvendado. Nesta terça, dia 21, a empresa apresentou duas opções para os trabalhadores de Mauá e Joinville (SC) escolherem no voto direto. Mas foi a mesma coisa que tivessem de decidir entre morte a facada ou a tiro.

Ou seja, nenhuma das opções acaba com a antiga reclamação dos trabalhadores, que reivindicam um seguro que custe menos ou que a empresa absorva pelo menos parte dos custos. Vale destacar que em nenhuma empresa da região os trabalhadores pagam tanto pelo seguro de vida.

A Tupy promete aos trabalhadores o céu com o seguro de vida, mas para isso só mesmo com a morte. Se uma pessoa ficar com sequela, aleijada e até mesmo sem condições de trabalho, o que ela recebe do seguro não dá nem para iniciar um tratamento.

Ao ser cobrada pelo Sindicato por mais transparência em relação ao seguro, a empresa se comprometeu a discutir o assunto em agosto. Portanto, companheiros, vamos nos manter mobilizados. O Sindicato vai acionar seu Departamento Jurídico e, se for preciso, também o Ministério Público do Trabalho para resolver de vez esse assunto.

Reunião define antecipação da PLR

Ainda nesta semana, o Sindicato e a comissão voltam a se reunir com a Tupy para dar continuidade às negociações da PLR-2016. O principal assunto a ser discutido é o valor da antecipação.

Depois da reunião, que ainda precisa ser agendada, o Sindicato discutirá o resultado com os trabalhadores, informa o diretor Adilson Torres, o Sapão.

Eleições da Cipa

Magneti Marelli Cofap (amortecedores)
Inscrições: 8/6 a 22/6/2016
Eleição: 30/06/2016

Indústria Metalúrgica Lipos
Inscrições: 10/6 a 24/6/2016
Eleição: 1/7/2016

Alcoa Alumínio
Eleição: 1/7/2016 das 5h às 14h30

J.E.A- Indústria Metalúrgica
Eleição: 1/7/2016 das 14h às 16h e das 21h às 22h

De Victor Acessórios Decorativos
Inscrições: 10/6 a 24/6/2016
Eleição: 5/7/2016 às 9h

Simone Marini Lacrimanti
Inscrições: 10/6 a 24/06/2016
Eleição: 5/7/2016 às 9h

Usintek
Inscrições: 9/6 a 23/6/2016
Eleição: 6/7/2016 das 13h30 às 16h30

Calpreci
Inscrições: 30/6 a 18/7/2016
Eleição: 29/7/2016 das 11h30 às 12h30

IMEI
Inscrições: 30/6 a 18/7/2016
Eleição: 29/7/2016 das 11h30 às 12h30

GR Colors
Inscrições: 14/7 a 29/7/2016
Eleição: 4/8/2016 às 17h

Vote consciente!

| Keiper |

PLR: Sindicato e comissão dão prazo até sexta

O Sindicato e a comissão reuniram-se com a Keiper na semana passada quando apresentou uma proposta da PLR-2016, e aguardam até sexta-feira, dia 24, a resposta da empresa, informa o diretor Geovane. A comissão é formada pelos companheiros Claudeci, Edson e Gilberto. Caso a Keiper não se manifeste, o Sindicato decidirá com os trabalhadores os próximos passos da mobilização pela PLR.

| Reiforma |

Trabalhadores reprovam proposta da PLR

Os companheiros da Reiforma reivindicam melhoria na proposta da PLR-2016. Com a rejeição em assembleia realizada no dia 15 de junho, o Sindicato procurou a empresa para reabrir as negociações e aguarda o agendamento de uma nova reunião, informa o diretor Tarzan.

| WLO |

PLR é sem metas

Foi aprovado o acordo da PLR-2016 na WLO. Conforme proposta aprovada em assembleia realizada no dia 15 de junho, os trabalhadores vão receber um total de R$ 1.200,00 em duas parcelas iguais de R$ 600,00, sendo a primeira no dia 20 de junho e a segunda no dia 20 de julho, informa o diretor Tarzan.

| ACC |

Confira os cipeiros eleitos

Em eleição realizada no dia 17 de junho, os trabalhadores da ACC escolheram os novos cipeiros. O diretor Tarzan informa que são os seguintes os titulares: Gerson Moreira de Souza (22 votos) e Romulo Borges Gallet (13 votos). Os suplentes são Lindemberg Rodrigues de Andrade (6 votos) e Fábio Vieira dos Santos (6 votos).

| Galutti |

Solicitada convocação de mesa redonda na DRT

O Sindicato já protocolou na Delegacia Regional do Trabalho o pedido de mesa redonda para tratar dos seguintes assuntos pendentes na Galutti: PLR, hora extra sem marcação de ponto e contratação de mão de obra terceirizada na produção.

Usimapre

Diretores Pedro Paulo e Tarzan em assembleia na Usimapre

Fim da greve só com pagamento dos atrasados

Em greve desde a última sexta-feira, dia 17, os trabalhadores da Usimapre só voltam a trabalhar quando receber os salários em atraso. A decisão foi ratificada em assembleias realizadas nos dias 20 e 21 de junho, informa o diretor Tarzan.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELETRICO DE SANTO ANDRÉ E MAUÁ

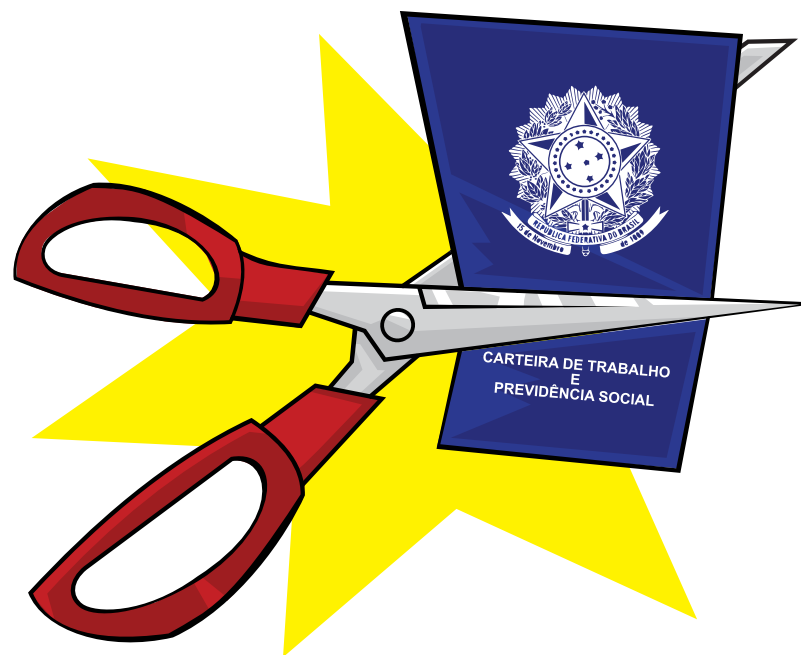
CNPJ 57.571.077/0001-39

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Assembleia Geral Ordinária

Pelo presente edital ficam convocados todos os associados do **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE SANTO ANDRÉ E MAUÁ**, quites e em pleno gozo de seus direitos estatutários, para se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** que será realizada no próximo dia **24 de junho de 2016**, sexta-feira, às 16:00 horas , em primeira convocação e às 18:00 horas em segunda convocação , em sua Sede Santo André, sito à Rua Gertrudes de Lima, 202 , Centro, Santo André, SP, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) leitura e votação do Relatório da Diretoria correspondente ao exercício de 2015 ; b) Leitura e Votação das peças que compõem o Balanço Financeiro do exercício de 2015, devidamente instruído com o Parecer do Conselho Fiscal. Santo André, 21 de junho de 2016. **CÍCERO FIRMINO DA SILVA – Presidente.**

Os 55 projetos que ameaçam nossos direitos

O Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) fez um levantamento de 55 projetos em andamento na Câmara dos Deputados e no Senado, os quais, se aprovados, flexibilizam ou até mesmo tiram direitos duramente conquistados pelos trabalhadores.

Portanto, companheiros, guardem este jornal e divulguem a seus familiares, vizinhos e amigos. A nossa luta é por mais conquistas e não vamos aceitar que retirem os nossos direitos. O Brasil só se desenvolverá com classe trabalhadora forte.

1 Regulamentação da terceirização sem limite permitindo a precarização das relações de trabalho (PL 4302/1998 – Câmara, PLC 30/2015 – Senado, PLS 87/2010 – Senado);
2 Redução da idade para início da atividade laboral de 16 para 14 anos (PEC 18/2011 – Câmara);
3 Instituição do Acordo extrajudicial de trabalho permitindo a negociação direta entre empregado e empregador (PL 427/2015 – Câmara);
4 Impedimento do empregado demitido de reclamar na Justiça do Trabalho (PL 948/2011 – Câmara e PL 7549/2014 – Câmara);
5 Suspensão de contrato de trabalho (PL 1875/2015 – Câmara);
6 Prevalência do negociado sobre o legislado (PL 4193/2012 – Câmara);
7 Prevalência das Convenções Coletivas do Trabalho sobre as Instruções Normativas do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (PL 7341/2014 – Câmara);
8 Livre estimulação das relações trabalhistas entre trabalhador e empregador sem a participação do sindicato (PL 8294/2014 – Câmara);
9 Regulamentação do trabalho intermitente por dia ou hora (PL 3785/2012 – Câmara);
10 Estabelecimento do Código de Trabalho (PL 1463/2011 – Câmara);
11 Redução da jornada com redução de salários (PL 5019/2009 – Câmara);
12 Vedação da ultratividade das convenções ou acordos coletivos (PL 6411/2013 – Câmara);
13 Criação de consórcio de empregadores urbanos para contratação de trabalhadores (PL 6906/2013 – Câmara);
14 Regulamentação da EC 81/2014, do trabalho escravo, com supressão da jornada exaustiva e trabalho degradante das penalidades previstas no Código Penal (PL 3842/2012 – Câmara, PL 5016/2005 – Câmara e PLS 432/2013 – Senado);
15 Estabelecimento do Simples Trabalhista criando outra categoria de trabalhador com menos direitos (PL 450/2015 – Câmara);
16 Extinção da multa de 10% por demissão sem justa causa (PLP 51/2007 – Câmara e PLS 550/2015 – Senado);
17 Susta a Norma Regulamenta (NR) 12 sobre Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos (PDC 1408/2013 – Câmara e PDS 43/2015 – Senado);
18 Execução trabalhista e aplicação do princípio da desconsideração da personalidade jurídica (PL 5140/2005 – Câmara);
19 Deslocamento do empregado até o local de trabalho e o seu retorno não integra a jornada de trabalho (PL 2409/2011 – Câmara);
20 Susta Norma Regulamentadora 15, do Ministério do Trabalho Emprego, que regula as atividades de trabalhadores sob céu aberto (PDC 1358/2013 – Câmara);
21 Susta as Instruções Normativas 114/2014 e 18/2014, do Ministério do Trabalho, que disciplinam a fiscalização do trabalho temporário (PDC 1615/2014 – Câmara);
22 Estabelecimento da jornada flexível de trabalho (PL 2820/2015 – Câmara e PL 726/2015 – Câmara);
23 Estabelecimento do trabalho de curta duração (PL 3342/2015 – Câmara);
24 Transferência da competência para julgar acidente de trabalho nas autarquias e empresas públicas para a Justiça Federal (PEC 127/2015 – Senado);
25 Aplicação do Processo do Trabalho, de forma subsidiária, as regras do Código de Processo Civil (PL 3871/2015 – Câmara);
26 Reforma da execução trabalhista (PL 3146/2015 – Câmara);
27 Substitutivo apresentado na CAPADR estabelece a inexigibilidade do cumprimento simultâneo dos requisitos de "utilização da terra" e de "eficiência na exploração" para comprovação da produtividade da propriedade rural (PL 5288/2009 – Câmara);
28 Alteração da Lei 5.889/1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, e a Lei 10.101/2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores no lucro ou resultados da empresa, visando a sua adequação e modernização (PLS 208/2012 – Senado);
29 Alteração da Lei no 1.079/1950, para definir como crime de responsabilidade de governador de Estado a recusa ao cumprimento de decisão judicial de reintegração de posse (PLS 251/2010 – Senado);
30 Alteração da Lei 8.629/1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade (PLS 107/2011 – Senado);
31 Regulamentação da compra de terra por estrangeiros (PL 4059/2012 – Câmara e PL 2269/2007 – Câmara);
32 Alteração da Lei de Biossegurança para liberar os produtores de alimentos de informar ao consumidor sobre a presença de componentes transgênicos quando esta se der em porcentagem inferior a 1% da composição total do produto alimentício (PLC 34/2015 – Senado).
33 Dispensa do servidor público por insuficiência de desempenho (PLP 248/1998 – Câmara);
34 Instituição de limite de despesa com pessoal (PLP 1/2007 – Câmara);
35 Criação do Estatuto das Fundações Estatais (PLP 92/2007 – Câmara);
36 Regulamentação e retirada do direito de greve dos servidores (PLS 710/2011 – Senado; PLS 327/2014 – Senado; e PL 4497/2001 – Câmara);
37 Extinção do abono de permanência para o servidor público (PEC 139/2015 – Câmara);
38 Fim da exclusividade da Petrobras na exploração do pré-sal (PL 6726/2013 – Câmara);
39 Estabelecimento de que a exploração do pré-sal seja feita sob o regime de concessão (PL 6726/2013);
40 Estabelecimento de independência do Banco Central (PEC 43/2015 – Senado);
41 Privatização de todas as empresas públicas (PLS 555/2015 – Senado);
42 Proibição de indicar dirigente sindical para conselheiros dos fundos de pensão públicos (PLS 388/2015 – Senado);
43 Estabelecimento do Código de Mineração (PL 37/2011 – Câmara);
44 Demarcação de terras indígenas (PEC 215/2000);
45 Cancelamento da política de Participação Social (PDS 147/2014 – Senado);
46 Alteração do Código Penal sobre a questão do aborto, criminalizando ainda mais as mulheres e profissionais de saúde (PL 5069/2013 – Câmara);
47 Retirada do texto das políticas públicas do termo "gênero" e instituição do Tratado de San José como balizador das políticas públicas para as mulheres. É um total retrocesso para todo ciclo das políticas (MPV 696/2015 – Senado);
48 Instituição do Estatuto do Nascituro – provavelmente maior ameaça aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Seria concretizada a criminalização generalizada das mulheres, inviabilizando, inclusive, o aborto previsto no Código Penal (PL 478/2007 – Câmara);
49 Instituição do Estatuto da Família – retrocesso para LGTB e mulheres: não reconhecimento como família – ficam fora do alcance de políticas do Estado (PL 6583/2013 – Câmara);
50 Redução da maioridade penal (PEC 115/2015 – Senado);
51 Instituição do Estatuto do desarmamento (PL 3722/2012 – Câmara);
52 Estabelecimento de normas gerais para a contratação de parceria público-privada para a construção e administração de estabelecimentos penais (PLS 513/2011 –Senado);
53 Aumento do tempo de internação de adolescentes no sistema socioeducativo (PLS 2517/2015 – Senado);
54 Atribuição à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania do exame do mérito das Propostas de Emenda à Constituição (PEC), acabando com as comissões especiais (PRC 191/2009 – Câmara); e
55 Alteração da Constituição para que entidades de cunho religioso possam propor Ações de Constitucionalidade perante o STF (PEC 99/2001 – Câmara).

Fonte: Diap

O METALÚRGICO

Órgão oficial do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá
Presidente: Cícero Martinha **Diretor responsável:** Osmar Cesar Fernandes **Jornalista responsável:** Marina Takiishi MTb 13.404
Fotos: Rossini Handley **Projeto gráfico e ilustrações:** Rodrigo da Cunha Lima